

Seguradoras deverão seguir regras de sustentabilidade

O mercado brasileiro de seguros vai aderir aos Princípios para o Desenvolvimento Sustentável de Seguros, uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. A adesão será celebrada na Rio+20, conferência que será realizada de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro, e representará um compromisso público de longo prazo do setor de seguros com o desenvolvimento sustentável. "A iniciativa das Nações Unidas de estabelecer princípios para o Desenvolvimento Sustentável de Seguros está alinhada com o que o mercado segurador brasileiro tem defendido ao longo dos anos e, por isso, fortalecerá a cultura e a disseminação deste conceito no mercado nacional", diz Solange Beatriz Palheiro Mendes, diretora-executiva da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), entidade presidida por Jorge Hilário Gouvea Vieira.

Os quatro princípios são o resultado de um processo consultivo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em parceria com o setor mundial de seguros nos últimos dois anos e serão apresentados às seguradoras brasileiras pela CNseg ao longo de 2012.

Segundo a diretora-executiva da CNseg, o projeto é importante. "A tendência mundial de valorização das empresas socialmente responsáveis e sustentáveis já está consolidada. No Brasil, muitas empresas do setor de seguros já abriram área específica para o estudo de ações para uma economia sustentável", observa Solange.

"O desafio é tornar essas práticas de excelência conhecidas, para que possam permear de uma forma pragmática toda a cadeia do mercado segurador, influenciando o comportamento dos clientes pessoa física ou jurídica, de investidores, da sociedade, de reguladores e do governo", explica a confederação, por meio de nota.

"A proposta é identificar o nível de adesão das seguradoras a esses indicadores", explica a diretora-executiva da CNseg.

Entre os princípios a serem adotados, as seguradoras deverão considerar sistematicamente as questões ambientais, sociais e de governança no negócio, estratégias e operações. Outra novidade será aumentar a consciência da indústria de seguros, a fim de que seja reduzido o risco ambiental. Também deverão trabalhar em conjunto com a sociedade, e fornecer com transparência.

O mercado segurador também será o foco, junto com os bancos, da próxima reunião do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que ocorre na próxima quarta-feira. Dois deles envolvem parceria com telefonia celular para oferecer serviços financeiros aos usuários, um está na área de seguros, e há outros.

Uma das operações a serem analisadas é o acordo entre o Banco do Brasil Seguros e o Grupo Mapfre, que formam duas holdings por um prazo de 20 anos. Uma delas oferecerá serviços nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliários e agrícolas. A outra estará focada em seguros de ramos "elementares", como o de veículos. O relator do processo é o conselheiro Alessandro Octaviani. A Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda recomendou a aprovação do negócio sem restrições.

Consta da pauta do Cade também a parceria de empresas do setor financeiro com o de telefonia. A MasterCard e a Telefônica criaram uma joint venture que pretende desenvolver, comercializar, promover, solicitar, oferecer, vender e prestar Serviços Financeiros aos Clientes da Vivo. Conforme parecer da Seae, as atividades da nova empresa serão realizadas pela MFS Serviços (50% da Master e 50% da Telefônica).

O objetivo da MFS será oferecer serviços baseados em nova tecnologia que permitirão aos clientes da Vivo utilizar seus aparelhos celulares para receber serviços financeiros móveis, independentemente de terem conta bancária. Como se trata de um setor que, segundo a Advocacia Geral da União (AGU), deve ser avaliado exclusivamente pelo Banco Central, a Seae não apresentou parecer sobre o caso. A relatoria do processo é do conselheiro Carlos Ragazzo.

Com atuação semelhante, o Cade julgará a criação de uma joint venture criada em 14 de outubro do ano passado entre o Bradesco Cartões e a Claro. A nova empresa, chamada de MPO Processadora de Pagamentos Móveis, será responsável por distribuição, emissão e administração de contas pré-pagas móveis co-branded. A relatoria é do conselheiro Marcos Veríssimo. Ele salientou que, antes de ser encaminhado ao Cade, o processo foi avaliado pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e pela Seae, que opinaram pela aprovação.

Fonte: DCI, São Paulo, 3 fev. 2012, Finanças & Mercado, p. B2.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.